



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ATA N.º 70**

Sessão Ordinária de Setembro

3.ª reunião em 17-10-2012

Aos dezassete dias do mês de Outubro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário e a Vogal Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Vítor Manuel Marques Oliveira, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Sílvia Nunes Ferreira de Ribeiro, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, Catarina Marques da Rocha Barreto, Júlio Vasconcelos Oliveira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Artur Paulo Madaíl Lobo, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Fernando Santos Silva, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, António Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Armando Manuel Dinis Vieira, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Telmo Viera Martins, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca e João Alberto Simões Barbosa.<sup>001</sup>

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, e Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Jorge Carvalho Arroiteia, João Carlos Martins Valente, Paulo Alexandre Florentino Marques, João Pedro Rodrigues Santos Dias, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Vítor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, António Rodrigues Santos Ferreira Neto, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.<sup>003</sup>

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Vítor Manuel Silva Martins, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião, respetivamente por, Sílvia Nunes Ferreira Ribeiro, Catarina Marques da Rocha Barreto, Júlio Vasconcelos Oliveira, e Fernando Santos Silva.

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro Fonseca Tavares Quina, Joana Cristina Rodrigues dos Santos

Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta, Rui Miguel Bartolomeu Maio, Celme Cristina de Jesus Tavares, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

#### **PONTO 4. – REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL - DELIBERAÇÃO.**<sup>004</sup>

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 06/09/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a introdução do documento em epígrafe que delegou no Vice-Presidente.

#### Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos:<sup>005</sup>

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>007</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>008</sup>

Vogal Paulo Lobo (CDS)<sup>009</sup>

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>010</sup>

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa noite a todos. Hesitei entre fazer, no início dos trabalhos ou neste ponto uma interpelação à mesa ou um ponto de ordem.*

*É que olhei, vi e revi a documentação que nos foi distribuída e após ouvir as intervenções dos colegas das outras bancadas, a minha questão é esta e direcionada ao Sr. Presidente da Assembleia: É se estamos efetivamente em condições de analisar este ponto? Porque no regulamento que nos é entregue diz no artigo cinco, ponto um, que «a taxa municipal de Proteção Civil de Aveiro, a cobrar pelo Município, é anual e consta do anexoI do presente regulamento». Ora eu não encontro o anexoI do presente regulamento. Portanto, não encontrando o anexoI do presente regulamento entendo que o Sr. Presidente não devia prosseguir os trabalhos relativamente a este ponto até que tenhamos a documentação adequada. É evidente que haverá o anexoI não tenho dúvida nenhuma. Mas, na documentação entregue não nos chegou.*

*Acho que nesta fase seria de suspender este ponto, acordando-se entre as bancadas a falta de condições para analisar esta questão de forma adequada e como ela merece, porque é uma questão importante para o Município.”*

Presidente da Mesa<sup>011</sup>

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Casimiro Simões Calafate)

#### Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos:<sup>012</sup>

Presidente da Mesa<sup>013</sup>

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

#### Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>014</sup>

*“Eu acho que seria importante nós termos os anexos. Nós podemos discutir o regulamento sem os anexos, mas uma vez que os anexos vêm depois fixar a taxa a ser cobrada — e falta também o estudo financeiro, que também era suposto termos o estudo financeiro, era importante que tivéssemos esses documentos antes de discutirmos e aprovarmos este regulamento.”*

Presidente da Mesa<sup>015</sup>

*“Senhores Deputados. Neste caso propomos ao Plenário a alteração da Ordem de Trabalhos. Este ponto passava para o fim dos trabalhos da presente sessão.*

*Vamos votar a alteração da Ordem de Trabalhos. A proposta é: o ponto quatro passa para último ponto da Ordem de Trabalhos.”*

**De seguida o Presidente colocou à votação do plenário a aprovação no sentido de alterar a *Ordem-do-Dia*, passando o ponto 4. - Regulamento da Taxa de Proteção Civil – deliberação, para o fim, passando a ser discutido de imediato o ponto seguinte da *Ordem-do-Dia*. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.**

#### **PONTO 5. – RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO ELABORADO PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS – APRECIACÃO.**<sup>016</sup>

*(A documentação sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a introdução do documento em epígrafe que delegou no Vereador Pedro Ferreira.

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>017</sup>

*“Sr. Presidenta da Mesa, permita-me que sugira que os dois pontos seguintes da Ordem de Trabalhos sejam tratados juntos. Como não têm de ser votados, são apenas para apreciação, e versam basicamente o mesmo tema que são as Contas da Câmara, serem discutidos em conjunto é uma proposta que eu faço antes de iniciar a minha intervenção.”*

Presidente da Mesa:<sup>018</sup>

*“Os Senhores Deputados têm algo a opôr em discutirmos o ponto cinco e seis em simultâneo, uma vez que não são deliberações, mas apenas apreciações? Não há nada a opôr?*

*Então eu refaço a minha solicitação. Isto é: ponto cinco “Relatório Semestral sobre a situação económico-financeira da Câmara Municipal de Aveiro, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas” e ponto seis “Sétimo Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Aveiro”, serão apreciados e debatidos em conjunto. Tem a palavra a Câmara Municipal de Aveiro para a apresentação destes dois pontos.”*

Não se verificando nenhuma oposição do plenário, o Presidente da Mesa colocou também para apreciação o ponto 6.º da Ordem do Dia - 7.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

## **PONTO 6. – 7.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO – APRECIÇÃO.**<sup>020</sup>

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária pública de 05/07/2012, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata, em anexo).

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>021</sup>

*“Então, muito boa noite. Ambos os pontos são obrigações legais. O primeiro prende-se com o Relatório Semestral da Câmara, que nem sequer é apresentado à Câmara — é apresentado diretamente à Assembleia Municipal pelo Revisor de Contas. Nós escusámo-nos a pronunciar sobre isso uma vez que ele é para vossa expressa análise.*

*Em relação ao Relatório de Execução do Plano de Saneamento Financeiro, como sabem, ele foi apresentado após a primeira auditoria feita pelo Tribunal de Contas, foram feitos alguns ajustamentos, nomeadamente em relação ao que foram as recomendações do Tribunal de Contas em relação à apresentação do mesmo.*

*Como podem ver no documento apresentado, ele tem os impactos no período e, para além disso, tem impacto no final do ano de dois mil e onze em relação a cada uma das medidas. Penso que com este relatório terão uma capacidade de análise bem mais aprofundada em relação àquilo que tem sido o Plano de Execução do Saneamento Financeiro, mas também em relação à evolução das Contas municipais.*

*Posto isto, estamos ao dispor para qualquer questão que entenderem.”*

Presidente da Mesa<sup>022</sup>

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>023</sup>

*“Por acaso não estava a contar com esta alteração de planos. Tinha aqui análises em separado para o relatório e para a situação da análise financeira do relatório do plano de saneamento financeiro.*

*Bom, mas há aqui coisas que se misturam e se calhar começaria por algumas questões que o PCP analisou, viu os documentos, e há um conjunto de dados, já que isto não vai ser votado, temos que fazer fé nalguns documentos, num conjunto de documentos que são de facto positivos. Quanto a isso não temos qualquer dúvida.*

*Nós salientamos o “cash-flow”, nomeadamente aquilo que vem referido no relatório sobre a situação financeira.*

*É positivo, há um resultado líquido positivo!? Há uma melhoria do rácio de solvabilidade, um melhor rácio de endividamento também, isto a partir dos documentos que são entregues no relatório do Revisor Oficial de Contas. Não obstante haver uma quebra acentuada nos proveitos extraordinários, e uma diminuição geral nos proveitos e custos! E isto é, e talvez seja o aspecto que mais sobressai, que houve um decréscimo de cerca de cinco milhões de euros na dívida existente. O próprio ROC no documento concluiu que a situação estará globalmente melhor.*

*Em relação ao Relatório sobre o Plano de Saneamento Financeiro. Aqui sim colocamos algumas questões que seriam interessantes.*

*Em primeiro lugar porque é que não se fez uma utilização de todo o valor globalmente contratualizado aquando da negociação do Plano de Saneamento Financeiro? Nós, tal como outros fizeram, também consideramos que o Plano de Saneamento Financeiro, de facto, tem informação repetitiva. Até faz lembrar um pouco as comunicações do Presidente que são sempre a mesma coisa, não diz nada de novo em alguns aspectos. Para nós não é clara a necessidade disto tudo. Também uma crítica que é feita: reparamos o facto da Câmara Municipal fazer regularmente um empolamento na previsão das suas receitas!?*

*Nós colocamos a questão, que é uma questão direta, porque é que as medidas de maior envergadura, de maior expressão financeira e que estão previstas no Plano de Saneamento não foram efetivamente colocadas?*

*Ainda analisando o Relatório do Plano de Saneamento Financeiro também observamos o seguinte. Eventualmente isto será um facto ligado a uma realidade concreta, mas observamos uma diminuição das receitas relativas. Uma diminuição acentuada de receitas relativas nas taxas de ocupação do espaço público, uma diminuição das despesas correntes.*

*Nós consideramos que aqui haverá responsabilidades da Câmara, mesmo não deixando de fazer uma análise àquilo que é a situação global do país e aquilo que tem sido o rumo do país. Aquilo que têm sido as políticas desastrosas seguidas pelo Governo da República e de outras instâncias que o país cegamente segue.*

*E, de facto, estas são as situações que limitam a Câmara e que, de certa forma, consideramos que explicam porque é que as taxas têm hoje um menor peso. Não obstante o aparecimento de novas taxas que os Srs. Deputados aprovaram. Os Srs. Deputados quase todos, nem todos. Mas de certa forma coloca a ideia de que mais taxas não significará, necessariamente, mais rendimentos para a Autarquia.*

*Uma ideia final que se prende ainda com o plano de saneamento. Parece-nos, e isto é uma crítica que também já aqui foi feita, que carece de existência algum espaço no documento que ponha “ordem na casa”, que faça o “estado da nação”, e que, de forma categórica, coloque claramente qual é a situação financeira do Município.*

*De facto, o Plano de Saneamento Financeiro que foi realizado tem coisas em que foi sendo cumprido, outras não., mas até pela forma como o documento é feito, pela sua abrangência, não é absolutamente claro em que pé é que está a sua execução. E cremos que esse é um elemento que poderia fazer parte do relatório. Para já tenho dito.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[024](#)

*“Bem. Em relação ao Plano de Saneamento financeiro, eu gostava de começar por perguntar, e dado o descalabro que aí vem nas contas públicas, do país, em 2013, por responsabilidade do vosso Governo, gostava de começar por perguntar, só por curiosidade e preocupação, se já há algum interessado na compra do Estádio Municipal de Aveiro por quase sessenta e cinco milhões de euros.*

*É que este relatório aparenta uma suave melhoria nas contas da Câmara Municipal de Aveiro, comparando apenas entre semestres e não entre exercícios económicos anuais, o que não é um pormenor. Mas até essa suave melhoria está sustentada naquilo que eu considero ser um balão de ar quente que vai estourar muito em breve. E esse muito em breve não é daqui a uns anos. É para o ano. É dois mil e treze.*

*A Câmara Municipal de Aveiro contraiu um empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros para resolver a questão das dívidas, mas não resolveu nunca nada. E esse empréstimo, feito por coincidência antes das últimas eleições autárquicas, que era supostamente para pagar dívidas de curto prazo (a fornecedores e juntas) não aconteceu. Aquilo a que assistimos depois do empréstimo foi a passagem de grande parte da dívida de curto prazo para dívida de médio prazo. Este semestre não foi exceção. Mais de cinco milhões e meio de euros a passar para dívida de médio prazo.*

*A má notícia, e que é preocupante, é que o médio prazo também chega, e depois desse chega o longo prazo. E o que é a Câmara vai fazer quando chegar, sabendo que o pagamento desse empréstimo piora já no próximo ano? Até agora só pagaram juros. Para o ano, suponho eu, passam-se a pagar as amortizações. Já este ano? Pior ainda. Isso não facilita nada.*

*O Plano de Saneamento Financeiro da Câmara é, na realidade, uma fantochada que prevê a privatização de tudo e mais alguma, prevê a venda dum estádio de futebol que ninguém quer nem dado, e isto vai cair tudo por terra.*

*O que é a Câmara vai fazer? Criar mais taxas? Fazer mais parques de estacionamento? Despedir todos os trabalhadores das empresas municipais? Até agora é a única cosia a que temos assistido como suposta solução para as dívidas.*

*É que somado a isto tudo, falham de forma assustadora as vossas previsões quanto à receita. E isto só demonstra aquilo que o Bloco já aqui disse. A previsão de receitas nos Orçamentos desta Câmara é sempre fruto duma mente mirabolante.*

*A execução das receitas não passa dos dezasseis por cento, quinze vírgula setenta e cinco por cento. Qualquer coisa como menos noventa e quatro milhões de euros. E isto quer dizer uma coisa óbvia: este semestre as contas melhoraram, de forma aparente, um pouco relativamente ao mesmo semestre do ano passado, na análise que é confirmada pelo próprio ROC. Mas é uma melhoria que na prática não significa absolutamente nada porque o ano de dois mil e treze vai destruir totalmente esta aparente melhoria.*

*E depois, eu sei muito bem como é que o PSD e o CDS cortam na despesa. É à régua e sempre nos pobres. É o que é mais preocupante nesta Câmara. E as formas que vocês têm de reduzir a despesa não aparecem de forma transparente neste relatório (de facto não tem que aparecer porque é um ROC), mas a Câmara não o diz porque simplesmente não quer dizer.*

*Sabe-se muito bem que, mais uma vez, hoje vamos chegar à última ronda e a bancada do PSD vai dizer que a responsabilidade disto é tudo do PS quando esteve na Câmara. Vamos assistir áquilo que já assistimos aqui várias vezes. E o PS vai dizer que não. O PS esteve na câmara há quase oito anos, foram anos de desperdício económico e financeiro, mas o PSD tem que assumir a responsabilidade por sete anos à frente da Câmara que foram um desastre e onde não aconteceu nada. Não é coisa pouca. Assumam, hoje, esses sete anos, pelo menos, e assumam, já agora, o próximo ano de dois mil e treze. Tenho dito.”*

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[025](#)

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos os presentes. Relativamente aos documentos que temos aqui para análise, confesso que a análise conjunta ou separado não fará grande diferença, iria começar pelo relatório do Revisor Oficial de Contas.*

*Em primeiro lugar, e porque julgo ser digno de registar, é de saudar a apresentação de um documento intercalar da análise de contas. É uma prática que penso que acontece pela primeira vez. Portanto, há que dar nota de registo a isso. Não estamos aqui a criticar permanentemente e de forma destrutiva tudo aquilo que se faz. Essa é uma nota positiva.*

*Mas, precisamente por ser intercalar, vale o que vale. As Contas de uma instituição e de uma empresa, de uma entidade, de uma autarquia, são avaliadas no final do período fiscal e, portanto, este é um documento intercalar e reflete a análise feita neste preciso momento intercalar. Podemos interpretar a informação contida neste documento como uma informação temporária.*

*Notas a realçar. Começamos pelo fim do documento onde é referida a melhoria da situação económica e financeira da Câmara. Vamos ver algumas questões que carecem ser esclarecidas. E, já agora, cruzando estas questões também com algumas coisas que têm sido ditas e ainda cruzando essas informações com algumas coisas que vêm no Plano de Saneamento Financeiro.*

*Por exemplo, custos com pessoal. Primeiro semestre de dois mil e onze: quatro milhões trezentos e onze mil e oitocentos e quarente e nove euros e trinta e nove cêntimos. Primeiro semestre de dois mil e doze: cinco milhões cento e oitenta e dois mil. Um aumento de oitocentos mil euros do primeiro semestre de dois mil e onze para o primeiro semestre de dois mil e doze. Vamos ao relatório do Plano de Saneamento Financeiro e à redução do pessoal. Ou seja, aparentemente quem ficou ganha muito mais. Seria interessante perceber como é que estas coisas funcionam, até porque temos que atender ao facto de, no ano de dois mil e doze, não estarem a ser pagos subsídios de férias e de natal. Importa perceber esta dinâmica de menos pessoas mas mais oitocentos mil euros. Andamos a reduzir pessoal, aparentemente tínhamos aqui uma redução de custos, mas isto não anda na mesma linha. Anda em sentido contrário. Seria interessante podermos perceber porquê.*

*Não, não há negociatas aqui. Eu não uso essa linguagem. Se entenderem que posso perguntar e se entenderem que os munícipes podem ser esclarecidos, sim senhor. Se não entenderem, não respondem.*

*Uma alteração muito significativa do ponto de vista daquilo que são os custos extraordinários. De um ano para o outro temos aqui uma redução de, aproximadamente, três milhões de euros. Enfim, fico-me por aqui nesta análise, daquilo que é o Relatório do Revisor Oficial de Contas. Que, como disse, é temporário. Há aqui uma nota que importa realçar. De facto o resultado líquido de exercício passou de menos dois milhões e meio de euros para um resultado positivo três milhões cento e setenta e um euro. Mas há aqui uma nota que importa não ignorar que se prende com o facto de não estarem aqui contabilizadas todas as amortizações e, portanto, o resultado irá decrescer de forma significativa.*

*Este documento, como eu disse, vale o que vale. Não estou aqui a avaliar, nem a julgar, o trabalho do Revisor Oficial de Contas. Longe de mim ter essa pretensão. Mas, de facto, é um documento provisório, aponta, de facto, melhorias, mas vamos aguardar. E já agora se me pudessem dar um esclarecimento sobre esta questão do pessoal seria interessante perceber como é que estas coisas funcionam.*

*Vamos aguardar pelos resultados do final do ano para, efetivamente, perceber qual é o caminho económico que a Câmara Municipal está a seguir. Também sabem que a minha opinião sobre a forma como têm reduzido o passivo está muito relacionada com a cedência da AdRA. Seria até interessante termos uma análise de sensibilidade para perceber o que é a Câmara sem AdRA e o que seria a Câmara com a AdRA. Seria um exercício muito interessante, no presente e no futuro. Reconheço que ainda não li com muita atenção o contrato de concessão da AdRA mas creio ter oportunidade de o fazer até ao fim do mandato deste Executivo, para podermos discutir as coisas de forma muito mais fundamentada, esperando eu confirmar aquilo que são, enfim, as minhas convicções.*

*Relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, o relatório vem na linha daquilo que é, daquilo que tem sido, a apresentação dos relatórios de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro. Cumpre-me realçar apenas, nesta primeira intervenção, a não substituição de algumas medidas que, aparentemente, não se vão realizar. E, portanto, essa é a questão que eu deixo. É que as medidas, ainda por cima, têm associadas um montante avultado. Gostaria de perceber que planos é que o Executivo tem, nomeadamente a questão do Estádio que já aqui foi abordada, para poder substituir estas medidas. Na segunda intervenção terei oportunidade de tecer outros comentários. Obrigado.”*

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)<sup>026</sup>

Vogal Paulo de Jesus (PS)<sup>027</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>028</sup>

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Sr. Presidente da Câmara. Digníssimos Vereadores e membros da Mesa.*

*Eu vou procurar seguir umas notas que coligi dada a complexidade dos temas que estamos a tratar.*

*Relativamente ao Revisor Oficial de Contas a primeira observação a fazer é o aparecimento de um novo revisor de contas, devido ao falecimento do Dr. Domingos Cravo que era o Revisor Oficial de Contas da Câmara. Portanto, saudar aqui o aparecimento de um novo Revisor Oficial de Contas, desejando-lhe as maiores felicidades profissionais na colaboração com o Município de Aveiro. Que seja, de facto, um contributo efetivo na melhoria da organização do sistema contabilístico e financeiro, e do controlo das nossas contas.*

*Ele teve como período, de facto, o que está instituído na lei das finanças locais e fez uma abordagem genérica, não muito aprofundada, na minha óptica, batendo nalguns pontos importantes, ressaltando, de facto, que as contas são ainda provisórias, penso que devido à não contabilização integral das amortizações, neste período. Basta olhar para o montante das amortizações em igual período do ano passado para verificar que são cerca de três milhões a menos. De certa maneira, isso afecta o resultado líquido e se fossemos considerar essas amortizações, na verdade, este relatório não apresentaria o resultado líquido de três milhões, mas sim próximo do zero. De qualquer maneira, é positivo e registamos uma variação positiva de, praticamente, dois milhões e meio relativamente ao período homólogo do ano anterior. Isto é importante porque traça e marca uma evolução positiva que nós temos vindo a registar na situação económica e financeira da Câmara que não deixa de ser periclitante. Não nos podemos esquecer dos desequilíbrios financeiros que a Câmara vem padecendo, há alguns anos, e que a levou a intervir com um empréstimo de longo prazo e com um plano de saneamento financeiro que levam ao equilíbrio financeiro, aproximadamente, até dois mil e dezasseis. E é isso que se prevê, se tudo correr bem, apesar de todas as dificuldades.*

*Tal como o Partido Social Democrata tem, insistentemente, referido, e nisso partilhamos as preocupações da bancada do Partido Socialista, há necessidade de se rever este Plano de Saneamento, no sentido de acomodar aquelas receitas, nomeadamente as extraordinárias, que o próprio Revisor Oficial de Contas detectou no relatório. De facto, há que contornar, de uma maneira ou de outra, a falta destas receitas extraordinárias. E há que fazer um esforço muito grande no sentido de adequar as receitas às despesas efetivas.*

*Todos nós sabemos que esta Câmara se defronta com um grave problema que vem de trás, mas que urge corrigir. Nós temos que ter a coragem de, no plano orçamental, corrigir essa situação que vem de muito atrás e que é o contínuo empolamento dos valores orçamentais, que depois dão estas execuções aparentemente miseráveis. Mas são-no apenas porque os valores com que nós partimos de início são muito altos, são exageradamente altos. Portanto, era um apelo que eu faria ao Sr. Presidente da Câmara para que procurasse já na elaboração do próximo orçamento que está em curso, e que terá que ser brevemente apresentado a esta câmara, incluir os valores efetivos que se preveem cobrar e pagar. Isto seria muito importante para que todos nós possamos fazer um acompanhamento correcto da situação orçamental. Eu abstinha-me de comentar muito mais o relatório do Revisor Oficial de Contas. De facto ele aponta à evidência da melhoria da situação económica e financeira, nomeadamente ao nível do endividamento que é uma preocupação constante de todos nós que é reduzir a dívida do Município. Não se fazem outras coisas porque se tem esta preocupação de reduzir a dívida. É uma preocupação do Executivo, quanto a mim correcta. Fazer muito e não pagar não leva a nada, leva à criação de mais problemas. Temos é que nos concentrar naquilo que é fundamental. Fazer mas nunca perder o horizonte do pagamento das dívidas aos nossos fornecedores, atuais e passados.*

*Relativamente ao relatório do Plano de Saneamento Financeiro eu gostaria que fosse expurgado um certo número de situações que, no meu entender, não têm qualquer razão de ser e de estarem neste relatório. Poderiam fazer sentido na comunicação do Sr. Presidente da Câmara, mas aqui, neste caso, acho que não. Se fosse eu retirava isso, em muitas páginas que não vêm ao caso.*

*Também partilho das preocupações que já foram aqui manifestadas pelo Sr. Deputado Francisco Picado e pelo Sr. Deputado Paulo Jesus. Há que vermos onde e como é que nasce esta variação de vinte por cento nas despesas com pessoal e também relativamente à forma de apresentação do Plano de Saneamento Financeiro. Neste sétimo relatório falta um quadro muito importante e que entrou no sexto relatório e que aqui já foi dito. Que é o quadro comparativo entre o plano e as propostas orçamentais de dois mil e doze, por medida do plano de saneamento financeiro. Esse quadro de síntese permite-nos, a nós, uma leitura muito mais fácil e muito mais correcta da situação.*

*Gostaria de terminar a minha intervenção nesta fase alertando para as recomendações do Tribunal de Contas relativamente àquele período que foi objeto de análise, mas que, no meu entender, permanecem e continuarão válidas, e que eu, aqui, tomo a liberdade de reproduzir e que dizem respeito à necessidade de melhorarem a informação prestada e de implementarem procedimentos do controlo interno das medidas e objetivos do plano de saneamento financeiro. Isto é muito importante, em primeiro lugar para a Câmara e em segundo lugar para a Assembleia Municipal, em terceiro lugar para todos os aveirenses, mas nada disto é dito no relatório. Eu gostaria de pedir que houvesse essa preocupação no próximo relatório. Nesta primeira fase é isto que me apraz registar”.*

Vogal Sesnando Reis (PPD/PSD)<sup>029</sup>

Vogal António Neto (BE)<sup>030</sup>

Vogal Pires da Rosa (PS)<sup>031</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>032</sup>

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Nós tivemos aqui um relatório elaborado por uma entidade independente e tecnicamente credível, que é um Revisor Oficial de Contas, que deixou engasgada a oposição, como se pôde ver. Na realidade nós temos aqui uma situação financeira ainda bastante degradada para o Município de Aveiro. No entanto, verificámos a inversão dessa situação financeira. Não foi só um semestre que foi analisado, como alguns disseram. Foi um período de um semestre mas que foi comparado com o período do mesmo semestre há um ano. Ou seja, estivemos a comparar um período de um ano e meio, pelo menos, porque vai desde o início do primeiro semestre de dois mil e onze até ao final do primeiro semestre de dois mil e doze.*

*É pena que nós todos não possamos estar contentes com este relatório e haja alguns que vejam que, por interesses partidários, este relatório não seja assim tão bom para todos nós. Mas quando o revisor Oficial de Contas nos diz que há uma melhoria da situação económica do Município porque passou de ser negativo a positivo, eu acho que é muito importante para todos nós. Há mais fundo próprios em relação ao passivo e essa é uma inversão que realmente nos cabe saudar. A Câmara Municipal de Aveiro reduziu significativamente os valores em depósito nas Instituições Financeiras. Significa isto que a Câmara Municipal de Aveiro está a utilizar o dinheiro que tem disponível para poder fazer face às suas despesas. Infelizmente, este mesmo relatório, continua a dizer que continuamos com dezassete milhões de euros de endividamento com contas de leasing. Este endividamento com contas de leasing de dezassete milhões, de certeza que não foi um endividamento contraído nestes últimos sete anos. Também existe uma dívida à SimRia de seis vírgula sei milhões de euros. Este não foi um montante em dívida destes últimos sete anos. O que quer dizer que ainda há muito*

*trabalho pela frente, mas estamos, e esta Câmara está a trabalhar, do ponto de vista positivo, pelo menos segundo um técnico avalizado que emitiu o relatório que todos pudemos ler. Quanto ao Plano de Saneamento Financeiro e ao seu cumprimento o que estamos a ver é que estamos a caminhar no sentido de que estes relatórios nos estejam a ser enviados já mais próximos das datas onde se façam essas análises. Este relatório que agora nos chega coincide, praticamente, com o primeiro semestre deste ano civil e, por isso, quer dizer que até ao final do ano iremos, eventualmente, receber o oitavo relatório. Mostra que ainda há muitas dificuldades, mostra que ainda há alguns constrangimentos que já aqui forma levantados, há alguns problemas que ainda se verificam com a execução do plano de saneamento financeiro, mas também significa que o Município está a caminhar no sentido de honrar os seus compromissos e isso muito apraz ao PSD. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>033</sup>

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>034</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>035</sup>

*“Bem, eu ao contrário do deputado do PCP que me antecedeu, não fiquei engasgado com o ROC que apresenta uma ligeira melhoria que não é uma verdadeira melhoria, mas fiquei engasgado com o Plano de Saneamento Financeiro!?! Não foi de agora. Não é de agora que estou engasgado, estou engasgado há muito tempo.*

*Aliás, desde 2007 que todo o Concelho está engasgado com o Plano de Saneamento Financeiro. Basicamente porque ele serviu de garantia a um empréstimo que hipotecou o futuro da Câmara Municipal de Aveiro, o futuro do Concelho, mas não resolveu nada. E isso é o que está espelhado no Plano de Saneamento Financeiro.*

*A única coisa que, de facto, parece funcionar nesta câmara é a descida do número de colaboradores. Atribuindo menos dinheiro aos trabalhadores a coisa por aí resulta. O Vereador Pedro Ferreira deu como exemplo, aqui, a política social da câmara, a habitação social e a educação, e disse-me para eu ter em atenção isso como exemplos daquilo que a Câmara faz. O que aqui está no Plano de Saneamento Financeiro é a venda de património de habitação social no valor de mais de seiscentos mil euros. De facto é uma receita mas há menos habitação social porque a Câmara vende. Isso não é política social absolutamente nenhuma.*

*E na educação, o que eu encontro, é a passagem de competências para algumas freguesias na manutenção de escolas e gestão do pessoal. Isso não é política social absolutamente nenhuma. Isso é precisamente o contrário porque e a Câmara desresponsabiliza-se perante os cidadãos. Isso é exactamente o contrário. Se é a sua preocupação com estratos sociais mais baixos, então é motivo para ficarmos todos ainda mais engasgados. Aliás, mesmo na reprogramação financeira dos contratos celebrados com o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) não houve absolutamente nada. Eu não estou a perceber onde é que está a política social da Câmara. Eu quando estava a falar de política social estava a falar de política social a sério.*

*Por exemplo, no acesso à Água que esta Câmara destruiu, à mobilidade que está agora a tentar destruir a manutenção das casas de habitação social, que são vossas e que agora têm menos, no apoio à família na educação, etc.. Isso é que é política social? Não andem a brincar. Obrigado.”*

Vogal Paulo de Jesus (PS)<sup>036</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>037</sup>

*“Boa noite, novamente. Começar por uma questão que gostaria de ver cabalmente esclarecida.*

*O Sr. Vereador disse que a não utilização do montante total do empréstimo de saneamento financeiro fiou a dever-se única e exclusivamente às ações que estavam em Tribunal!? É essa a leitura que nós podemos fazer deste montante remanescente que não foi utilizado? Ou seja, a Câmara desenvolveu tudo o que era necessário desenvolver para liquidar as dívidas que estavam listadas e apenas ficou de fora deste montante de seis milhões e trezentos e cinquenta mil euros, aproximadamente, por motivos de não conseguirem pagar processos que estavam em questões judiciais. É esta a leitura que podemos fazer daquilo que disse. Uma leitura muito restrita e não lacta.*

*Portanto, o único dinheiro que não foi utilizado foi claramente a dever-se a questões onde a Câmara não conseguiu pegar. Aliás, há uma expressão engraçada nos tempos que correm, no documento, julgo, do Plano de Saneamento Financeiro que diz «não conseguimos encontrar os credores» ou «os credores não apareceram». O que é uma coisa, de facto, histórica. No momento em que vivemos há pessoas têm dinheiro para receber e não aparecem para receber. É uma coisa fantástica, mas para registar.*

*Primeira questão, da leitura que o Sr. Vereador disse, portanto, ficou por pagar refere-se a questões de processo em tribunal? Ou seja, a Câmara não desperdiçou a oportunidade de utilizar cinquenta e oito milhões, na globalidade, do empréstimo. É uma questão que estou a colocar de forma afirmativa, como sendo a leitura que fiz das suas palavras, e que gostaria que confirmasse.*

*Mais algumas questões em relação ao relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro.*

*As recomendações do Tribunal de Contas, à partida, são para levar a sério.*

*Parto do pressuposto que as mesmas serão todas implementadas e há aqui algumas que foram questionadas durante esta sessão. Portanto, parto do pressuposto que daqui a um tempinho poderemos ter o resultado dessas recomendações do Tribunal de Contas.*

*Outras questões que eu gostaria também de ver aqui esclarecidas e mais em detalhe.*

*A central de compras foi criada no período em que o relatório reporta. Não houve nenhuma compra através da central de compras? Gostaria de saber, efetivamente, qual a eficácia da medida? Ou seja, criámos uma central de compras e durante não sei quantos meses não utilizámos a central de compras. Haverá, com certeza, uma explicação para isso.*

*Voltando à análise mais generalista dos dois documentos e fazendo a ligação com algumas coisas que aqui foram ditas, vamos ver se eu me consigo expressar sem quebrar a harmonia que parece existir nesta sessão, embora haja pessoas que teimem em tentar quebrá-la. Mas eu já lá vou.*

*O que estamos aqui a analisar é só e tão só o relatório intermédio semestral do Revisor Oficial de Contas, ponto. E estamos a analisar o plano de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro ao período que reporta, ponto. Fizemo-lo em conjunto, não vem daí mal ao mundo, mas só estamos a analisar isso. Só.*

*O resultado da atividade do município do ponto de vista económico-financeiro, e obviamente de outros pontos de vista também, é avaliado no final do período. E o final do período, com certeza, vai englobar estas questões que estão nestes documentos mas também irá englobar outros. Por exemplo, a não adesão ao PAEL e um conjunto de ações que a Câmara que irá desenvolver até ao final do ano, e desenvolveu de julho até outubro, porque já passaram três meses para além do período a que este relatório se reporta e ao semestre, e, portanto, o trabalho que a Câmara está a desenvolver será analisado em momento próprio. Nós estamos aqui a discutir estes documentos e as opiniões que foram emitidas e as questões que foram colocadas são, claramente, sobre estes documentos.*

*Não passa pela cabeça de alguém que o PS fica contente por a Câmara entrar em bancarrota. Não sei se alguém tem isso em mente. Nenhum município fica feliz, nenhum deputado municipal fica feliz, nenhum partido fica feliz. Até porque o PS espera poder assumir outra vez a liderança do município a curto prazo, e não queremos ficar com uma situação totalmente desastrosa. E ninguém fica feliz com isso.*

*Desenganem-se as pessoas que pensam que estas intervenções são mais felizes ou menos felizes, são em mais harmonia ou em menos harmonia, porque nós estamos contentes com a desgraça da Câmara Municipal. Não se passa isso pela cabeça de alguém. Ou melhor, a alguns julgo que passa. Às vezes oiço coisas e julgo que passa.*

*Mas que ninguém tenha dúvidas sobre isto. Agora, o nosso papel é este. E fazemo-lo às vezes de forma mais eloquente e às vezes de forma menos eloquente.*

*Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Requeixo. As suas palavras foram dirigidas julgo que essencialmente à bancada do PS, em termos de tratamento da Câmara Municipal. Era bom que também estendesse essas palavras à sua bancada. Deixe-me que lhe diga uma coisa. Hoje foi retirado um ponto com a maior das naturalidades, mas eu relembro que já aconteceram aqui coisas semelhantes que não têm a ver com questões políticas, têm a ver com questões documentais, e os pontos não foram retirados. Houve alguma insensibilidade e alguma falta de respeito. Nós analisámos aqui, por exemplo, um regulamento onde, por lapso, não veio o original e o alterado. E votámo-lo. Ou seja, nós votámos aqui um documento, com a sua versão final sem percebermos quais eram as alterações. Quando alguém não aceita recuar nesta situação não sei se não será tratar mal o Executivo Municipal.*

*Admito que às vezes possa haver aqui um ou outro momento mais quente, mas não vale a pena virmos para aqui com provocações baratas. E algumas delas são baseadas numa coisa chamada ignorância. Não vale a pena vir para qui com isso porque nós assumimos aquilo que fazemos e falamos.*

*Quanto à questão do engasgue. Quem anda engasgado é alguém que insiste permanentemente em algo que aconteceu há sete anos e que é recorrente. Quando não há argumentação voltamos ao executivo PS, voltamos ao executivo do Dr. Alberto Souto. E, portanto, quando alguém se engasga repete sempre a mesma coisa. E quando se recorrem a este tipo de argumentos aí é que está o “engasganço”.*

*Cuidado, Sr. Presidente. Cuidado porque corre o risco de alguém querer apagar os sete ou os oito anos do seu mandato. É que, permanentemente, não falam neles. Para o bem ou para o menos bom. Falam é de dois mil e cinco para trás. Reflitamos sobre isto já que estamos a falar de pessoas que se engasgam. Reflitamos sobre isto. E já que o deslumbre é tanto relativamente à situação em que a Câmara se encontra e que é excelente, eu, se calhar, aproveitava e marcava eleições já para o mês que vem. E esperamos que o Sr. Presidente lá esteja para se poder aproveitar desse bom momento da Câmara porque pode desaparecer daqui até ao final do ano.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[038](#)

*“Não me queria mexer muito na intervenção do Francisco Picado, que foi muito boa, mas queria só deixar uma perguntinha.*

*Quanto é que vamos receber ao certo, das Águas neste segundo semestre? E o que é que acontece às Contas do Município se não recebermos essa quantia?*

*Ou seja, se vamos conseguir satisfazer os compromissos básicos que a autarquia tem, até ao final do ano, se não vier essa verba.*

*E se a AdRA está a cumprir com as obrigações que tem para com o Município de Aveiro?*

*Ou seja, se já devia ter pago esse dinheiro ou não. Ou quando é que esse dinheiro deveria ter sido pago.*

*E repensar ou pensar bem nisso, porque a AdRA, se não cumprir o acordo, que fique claro, que é uma forma de saída mais do que evidente e proveitosa para a cidade para poder reverter um negócio que foi altamente ruinoso para o município — e que é da responsabilidade de V. Ex.as, todinha!*

*Quase que me apeteceria dizer, não agora porque V. Ex.as gostam muito da AdRA e do negócio que fizeram, que ansiava para que a AdRA, enfim, daqui a um ano ou daqui a dois não cumprisse com qualquer das prerrogativas a que ficou obrigada.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[039](#)

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais engasgados ou menos engasgados, todos nós estamos de acordo que este período em análise foi um período muito positivo.*

*Alguns de nós acham que este período positivo é para durar, e eu incluo-me nesses, mas, se calhar, com a mesma convicção com que estes meus colegas que aqui representam os partidos da oposição acham que este período não vai durar e que os próximos números que aparecerem vão em sentido contrário destes que aqui temos.*

*Agora, a realidade é esta. E na realidade nós estamos todos de acordo. Na futurologia pensamos de maneira diferente. E, por isso, o futuro nos dirá qual de nós é que terá razão.*

*Quanto ao facto da Câmara Municipal de Aveiro não ter aproveitado esta possibilidade de poder recorrer a um financiamento para pagar as dívidas que tem em atraso, gostei que o Sr. Vereador tivesse esclarecido esta Assembleia da maneira clara como o fez. Pelos argumentos que utilizou, posso dizer que os subscrevo porque me parece muito importante que esta câmara continue a honrar os seus compromissos, principalmente no que diz respeito em não onerar mais os munícipes aveirenses com aquelas taxas que se comprometeu já há sete anos. Por isso, não recorreu a este empréstimo que, de outra maneira, era mais um conjunto de impostos que nós veríamos agravados, no nosso município. Deixo aqui esta nota de que subscrevo as motivações que levaram a Câmara a não aderir a este empréstimo. Muito obrigado.”*

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:[040](#)

*“Antes de mais agradecer aos Srs. Deputados termos analisado estes dois documentos em simultâneo. Julgo que são análises complementares de um período quase muito próximo e fez todo o sentido fazermos esta análise desta forma. Penso que ficámos todos a perceber algumas dinâmicas.*

*Em relação a duas ou três questões. Paulo Jesus. Não estamos assim tão indiferentes ou com pensamentos tão diferentes. De facto temos de cortar despesa, nas gorduras que ainda possamos ter. Quanto às receitas dizer-lhe isto: a valorização do Parque Desportivo de Aveiro poderia ter sido muito maior se na altura, e já lá vão dez anos, tivéssemos um Plano de Urbanização aprovado. É muito difícil vender por muitos milhões terrenos que valem zero. Quanto aos outros ativos que o PS nos deixou. Só dar esta nota.*

*É pena que o Plano de Pormenor do Centro, o Plano do Mário Duarte, tivessem os ónus que têm em relação à banca. Teria sido muito mais fácil! Teríamos de facto conseguido valorizar mais o que temos para vender.*

*Ao contrário do que prevíamos, ainda agora tivemos que recomprar dois lotes do Plano de Pormenor do Centro para pagar valorizações passadas.*

*Em relação às questões que colocou. Essencialmente o caso, em relação à SOMAGUE e o outro caso a REFER. Foram as dificuldades em fechar o acordo. Não foi possível. Não por falta de vontade nossa, mas julgo estar para breve. O outro caso que tem a ver com vários herdeiros da família Ramos. Estamos a falar de cerca de novecentos mil euros de total final.*

*Penso que nem o Executivo passado, nem o Executivo anterior ao passado, nem este Executivo, o vão conseguir fechar.*

*Em relação à central de compras foram aprovados vários processos em reunião de Câmara e como ainda não tiveram conclusão não houve execução neste período.*

*Pedro Pires da Rosa. Dar-lhe uma nota em relação à AdRA.*

*De facto não conhece o contrato. Estar sistematicamente em todas as Assembleias a dizer que é um mau negócio quando não se conhece o contrato! Não, não conhece porque se não saberia qual é o valor do mesmo.*

*Acredite que, tenho a certeza, que daqui a muitos, muitos anos, quando o PS regressar à Câmara ainda há-de ter dinheiro fruto deste contrato.*

*Mas já que não conhece dar-lhe uma nota. À cabeça estamos a englobar este ano, o Município de Aveiro recebeu vinte e cinco por cento, ou vai receber vinte e cinco por cento, do total do negócio.*

*Tenha a noção que nós deixámos muito mais dinheiro para os que vierem a seguir do que aquilo que recebemos. Podíamos ter recebido tudo à cabeça como o seu partido recebeu dos terrenos e depois nós é que os temos que pagar. Está bem? É só para ficar com essa nota. (Ouvem-se vozes). Acho que isso é muito pouco digno de se dizer.*

*Prof. Manuel António. O período em análise é positivo. Nem sempre tudo é comparável, mas de facto esperamos continuar neste caminho. Como é óbvio só poderíamos ter esta posição em relação ao PAEL.”*

Presidente da Mesa:<sup>041</sup>

De seguida, por não existir consenso na continuação dos trabalhos da reunião,<sup>043</sup> o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos nos termos regimentais, para reunir a Comissão Permanente.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu conhecimento do entendimento tido pela Comissão Permanente para a não continuação desta reunião da sessão dado o adiantado da hora.

**Continuando, o Presidente da Mesa nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada<sup>045</sup> por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a terceira reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 24 de Outubro, (4.ª feira), pelas 20.00 horas.**

**Eram 23:15 horas do dia 17 de Outubro de 2012.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(2:45)